



# Anais da Assembléia

Nº 145

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1.980.

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 144ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1980

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados: Fuad Nacli e Tadeu Lúcio Machado.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Ailton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavarés, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Mário Ceíso, Nelton Friedrich, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente decla aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência aos Projetos de Lei 166/80 e 167/80, que transformam as localidades de Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó, no Município de São Miguel do Iguaçu, em distritos administrativos.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1980.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE

#### JUSTIFICATIVA:

É imperiosa a urgência na apreciação dos Projetos de Lei 166/80 e 167/80, que visam transformar as localidades de Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó, do Município de São Miguel do Iguaçu, em distritos administrativos.

Além da justificativa arrolada nos próprios projetos, frisamos que as localidades em referência, para usufruírem de inúmeros benefícios e melhorias oriundas do Estado e da Nação, necessitam da sua constituição distrital.

Portanto, para que Aparecidinha do Oeste e São José do Itavó não venham a ser prejudicadas pela demora dos trâmites meramente burocráticos, encareço regime de urgência na apre-

ciação dos respectivos projetos de transformação distrital.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após análise e anuência do Plenário, REQUER a inserção em ata, de um voto de regozijo e aplauso à Rede Ferroviária Federal S/A., que atendendo apelo do Governo do Estado, através da PARANATUR, está fazendo trafegar, embora em caráter experimental, uma litorina entre Curitiba e Antonina, aos domingos, para transporte de turistas, a exemplo da já existente para Paranaguá.

A iniciativa é das mais oportunas e queremos crer, deverá permanecer em definitivo, já que a viagem inaugural, apesar de pouco divulgada, foi bastante concorrida, chegando a litorina àquela cidade, completamente lotada.

Ganha assim, Antonina, mais um veículo de incentivo ao turismo que, no futuro muito próximo, deverá atingir seus objetivos, tornando-se um dos mais procurados recantos de lazer do nosso litoral, graças aos seus locais pitorescos, a sua paisagem encantadora, o seu clima agradável, os seus pratos típicos, e que agora, com a ligação por litorina, a par da reativação do trecho ferroviário Morretes - Antonina, torna-se mais acessível e barato, circunstâncias que, sem dúvida, concorrerão para um aumento considerável de turistas que irão àquela maravilhosa região litorânea, atraídos também pela hospitalidade do povo capelista, tão tradicional quanto a própria cidade.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Dr. Ernesto Valente Gubert, Diretor Presidente da PARANATUR, ao Dr. Paulo Munhoz da Rocha, Superintendente Regional da Rede Ferroviária Federal S/A e ao Sr. Paulo Virgílio Savarin, Prefeito Municipal de Antonina.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1980.

(a) NELSON BUFFARA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilso Sguarezi, subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário, o envio de ofício ao Sr. Ministro da Saúde, substanciado em reivindicação, no sentido de se reimplantar o adicional de auxílio de risco de vida, na base de 1/3 sobre o salário base, para amparo das categorias — guarda de endemia e/ou agente auxiliar de saúde pública — do quadro funcional da SUCAM — Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, encarregados do combate aos transmissores de moléstias endêmicas.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1980.

(a) NILSO SGUAREZI

#### JUSTIFICATIVA:

Toda a comunidade brasileira e notadamente a radicada nas ilhas e regiões ribeirinhas, conhece, admira e devota gratidão e respeito aos abnegados "passadores de veneno" da SUCAM.

Nessas áreas, mesmo nos locais de difícil acesso, a presença e a ação desses homens é sentida e sempre bem-vinda, eis que o trabalho por eles desenvolvido, diz de perto ao resguardo da saúde de suas populações. Os moradores de nossas ilhas, nos Rios Paraná, Ivai, Piquiri e Iguaçu, e outros de menor porte, têm os "passadores de veneno", como autênticos guardiães.

No entanto, para o exercício de suas tarefas, comprometem suas próprias vidas, expondo seus organismos a contágios de insidiosas moléstias, tais como: malária, doença de Chagas, esquistossomose, febre amarela, tracoma, leiximaniose e outras, além do manuseio constante com drogas de extermínio dos transmissores. São venenos de elevado teor de toxicidade, que também colocam em risco suas existências, quando não, diminuem suas médias de vida.

Paralelamente, não são remunerados condignamente e há mais de dez anos o adicional de risco de vida que vinham recebendo até então, lhes foi subtraído, daí o motivo de se pleitear o reparo de tão grave injustiça.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário do Interior, arguindo a respeito de que providências serão tomadas a respeito dos moradores que existem em área de preservação de mananciais:

CONSIDERANDO que o recente Decreto 2964/80, determinou as áreas de preservação de mananciais;

CONSIDERANDO que nos locais englobados no Decreto, existem milhares de pessoas já residindo há anos em terrenos pagos com o suor do seu trabalho;

CONSIDERANDO que estas regiões estão proibidas de receber melhorias por parte das prefeituras, perguntamos:

1. Quais as áreas consideradas de preservação de mananciais?
2. Quantas pessoas nelas residem?
3. Qual o procedimento da Secretaria do Interior a respeito dessas pessoas?
4. Ocorrerá indenização, desapropriação ou qual atitude das prefeituras com relação ao caso?
5. As regiões, efetivamente, ficarão sem benefícios?

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

#### PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI No. 172/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1o. — Fica denominada de JOÃO BAPTISTA RIBEIRO JÚNIOR, a atual Escola de 1o. Grau Severo Ferreira Rüppel, da sede do Município de Bocaiúva do Sul.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1980.

(a) MÁRIO CELSO

#### JUSTIFICATIVA:

Com a apresentação do presente plano de lei, além de homenagear um ilustre homem público do Paraná, estamos, desta forma, sanando no Município de Bocaiúva do Sul, vários problemas, por existirem no Município duas escolas com a denominação de Severo Ferreira Rüppel, sendo uma na sede do município e outra no Distrito de Tunas, o que vem causando transtornos diversos, inclusive à própria Secretaria da Educação na correspondência oficial destinada àqueles estabelecimentos de ensino.

João Baptista Ribeiro Júnior, além de emprestar seu nome para o prédio da ACARPA, sede em Curitiba, numa prova evidente do seu valor como pessoa e homem público, foi Deputado Estadual, Deputado Federal, Presidente do IBC, Membro de Junta do ITC, Secretário da Fazenda, Secretário da Agricultura e além do mais, é filho de Bocaiúva do Sul.

Isto exposto, apresentamos a presente proposição, esperando dos ilustres Pares com assento nesta Casa de Leis, que se

lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (FABIANO BRAGA CORTES) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Werner Wanderer, inscrito.

O SR. WERNER WANDERER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LÊ): " Há várias semanas, ocupamos esta tribuna para apelar ao Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que fosse prorrogado o prazo de fornecimento do "Fuel-oil" para as cooperativas paranaenses. Não só este Parlamentar, mas outras entidades de classe como a Federação da Agricultura e a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná — OCEPAR, além de outros nobres Pares reiteraram apelo neste sentido.

Finalmente, há alguns dias, o Governador Ney Braga recebeu telex do General Ozil de Almeida, dando conta de que o prazo não seria prorrogado, mas o CNP continuaria fornecendo o combustível para aquelas cooperativas que justificassem o motivo pelo qual ainda não adaptaram seus secadores para o uso da lenha.

Foi, sem sombra de dúvida, uma vitória de todos os paranaenses. Mas, uma vitória parcial, porque, em primeiro lugar, ainda não se sabe ao certo de que modo deverá ser feita a justificativa ao CNP. Por isso, estamos solicitando a esta Casa a aprovação de um requerimento de nossa autoria, onde pedimos ao Conselho Nacional do Petróleo todos os detalhes a respeito deste processo.

Infelizmente, a maior parte das cooperativas não conseguiu ainda substituir o consumo de "fuel-oil" pelo de lenha, em seus secadores. Os motivos são diversos, mas o principal deles tem origem no próprio Governo Federal: não foram liberados os recursos necessários para que a substituição pudessem ser efetivada.

Assim, como o CNP pode exigir um cumprimento de prazo, se o Governo Federal não liberou os recursos para que as cooperativas substituíssem o uso do "fuel-oil"?

Essa medida é um contrasenso do Governo Federal, que por um lado cobra um praxe e por outro não oferece recursos para que o prazo possa ser cumprido.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um outro enfoque da questão que não está sendo analisado pelas autoridades federais: a região Oeste do Paraná, onde existem oito cooperativas, cerca de 100 secadores e nada menos que perto de 30 mil filiados, não dispõe de lenha. Então, que adianta a substituição dos secadores ser realizada, se não tem a matéria prima para utilizá-los?

Esta é uma questão que preocupa toda a região, onde o cooperativismo se solidificou nos últimos anos, levando o progresso e o desenvolvimento ao Oeste criando cidades e gerando divisas importantíssimas para a Nação".

O requerimento que encaminho à Mesa é o seguinte: (LÊ): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente do CNP, General OZIEL DE ALMEIDA, reivindicando detalhes a respeito da iniciativa do órgão, visando continuar fornecendo "fuel-oil" às cooperativas que conseguirem cumprir o prazo de substituição de seus secadores.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1980.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Já foi anunciado que o CNP deverá continuar fornecendo "fuel-oil" às cooperativas que não conseguirem cumprir a alteração de seus secadores até o prazo estipulado pelo órgão, de 31 de dezembro próximo. Entretanto, as cooperativas desco-

nhecem maiores detalhes a respeito. De que forma será feito o pedido para a continuidade de fornecimento do combustível? Quais cooperativas que poderão fazê-lo? Através de que órgão esse pedido será encaminhado ao CNP? Estas e outras questões alusivas ao problema precisam ser detalhadas."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo anuncia nova alteração da sua política econômica e financeira. A agricultura mais uma vez vai suportar o peso da incapacidade e incompetência dos Excelentíssimos Srs. Tecnocratas, Ministros da área econômica. Os engenheiros agrônomos do Paraná, Sr. Presidente, através dos seus núcleos regionais buscam estudar as formas alternativas de protesto contra essas medidas que o Governo vem tomando sem qualquer audiência com as partes interessadas, que são sobretudo os agricultores.

E por que os agricultores, Sr. Presidente? Porque a agricultura representa basicamente setenta por cento da produção nacional. E a incidência de juros acarreta um peso extraordinário, é evidente que o suportamento deste peso recairá, primeiro, no consumidor, e segundo, no produtor.

Estamos saindo recentemente de um protesto formulado pelas três Assembléias dos Estados do Sul. Em que eminentes Srs. Deputados reuniram-se nesta Casa e foram ao Ministério da Agricultura proclamar um protesto presente, físico e veemente, contra a falta de uma política definida no preço de suínos.

Estou vindo, Sr. Presidente, a esta tribuna, com enorme esforço, tendo em vista o meu problema de saúde, conhecido desta Casa.

Mas não poderia me furtar de trazer a esta tribuna, não só a preocupação mas também a palavra de 26 mil agricultores, filiados à Cotriguaçu, que através de algumas circulares e através da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel, dizer que, se o Governo não tomar a sério o problema de juros de financiamento de valor básico de custeio, que acarreta um sobre preço ao agricultor, conseqüentemente uma limitação nos seus diminutos lucros, criando obstáculos inclusive para os seus investimentos e para o próprio desenvolvimento agrícola, haverão eles de promover algum movimento de natureza ampla e popular, para obstruir inclusive a produção da área de maior produção no País que é o Oeste do Paraná.

Sr. Presidente, fica aqui o nosso protesto e também o nosso apelo para que os Ministros da área econômica, principalmente da Agricultura e Planejamento, reexaminem a posição da liberação de juros que incidirão sobre os financiamentos da agricultura. Para que isto não venha acarretar um prejuízo, não só para a agricultura, mas conseqüentemente para a própria economia nacional.

Este reflexo, Sr. Presidente, se faz sentir através da grande baixa nos financiamentos das agências bancárias da região, tendo em vista a especulação de que os juros poderiam sofrer alteração mesmo depois de contratados. E esta situação está gerando inclusive a retenção no plantio desta safra, criando problemas para o mercado de trabalho e inclusive para o consumo de sementes.

Sr. Presidente, deixo aqui esta preocupação, fazendo um apelo para que os setores do Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, levem ao Governo Federal a preocupação, principalmente da região Oeste do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"Há algum tempo, a palavra "planejamento" ganhou conotação muito importante na vida administrativa deste País. Criou-se até, em âmbito federal, uma Secretaria Especial de Planejamento, que tem à sua frente o famigerado Ministro Delfim Neto. Em nível estadual, as Secretarias de Planejamento detêm parcela importante da atuação dos governos, passando por aquelas pastas praticamente tudo a ser realizado pelas administrações.

Mas, parece que o famigerado planejamento só existe no papel ou na mente daqueles tecnocratas interessados unicamente em complicar cada vez mais a vida do cidadão.

Referimo-nos especificamente ao recente Decreto Governamental de número 2.964/80, assinado pelo Governador Ney Braga em 19 de setembro último. Este decreto criou as áreas de preservação de mananciais, para proteger os leitos dos rios, principalmente daqueles que abastecem as cidades.

Acontece que este decreto determina que nestas áreas não é permitida a venda de terrenos nem a edificação de residências. Tal medida, do ponto de vista da ecologia, é realmente benéfica. Mas, e do ponto de vista social? Temos certeza que este aspecto da questão não foi estudado a fundo.

Temos, na região metropolitana de Curitiba dois exemplos claros da falta de planejamento. Em Piraquara, cerca de 15 mil pessoas já possuíam lotes adquiridos na área de preservação de mananciais antes da assinatura do decreto. E agora, como irão proceder? Onde irão morar, se o decreto, proíbe a Prefeitura de levar benfeitorias ao local, inclusive de conceder alvarás?

O outro caso concreto está em São José dos Pinhais, onde cerca de 80 loteamentos foram atingidos pelo decreto, na região do Guatupê e Borda do Campo. Cerca de 500 famílias já residem naquele local e em que situação ficarão agora? A maioria já pagou prestações de seus terrenos e outros estão pagando, a custo de muito suor. Como ficarão os moradores destas regiões? Serão expulsos? Serão obrigados a comprar novas áreas de terras, abandonando o local onde residem?

É com base nesta e em outras questões que estamos apresentando um pedido de informações dirigido à Secretaria do Interior, para constatar oficialmente como ficarão estas pessoas, para a qual gostaríamos de ter o apoio de toda esta Casa."

É realmente uma medida que vem atingir muitos moradores da região metropolitana, e gerando, aí, problemas sociais. O que nós estamos encaminhando, então, é ao Sr. Secretário do Interior, um pedido de informações, já que a ele compete esse tipo de atuação, inclusive o planejamento também está envolvido, mas acredito que seja de matéria de maior interesse da Secretaria do Interior.

E, dentre as perguntas, nós indagamos aqui:

— Quais as áreas consideradas de preservação de mananciais?

Estamos de posse, inclusive do decreto; o decreto fala das bacias, bacias do Rio Iguaçu, Mininguava, Bacia do Rio Cotia, enfim, cita aqui 11 bacias. Nós queremos saber as áreas, as plantas, os locais, especificamente, que serão atingidos;

A segunda pergunta:

— Quantas pessoas nela residem?

Tivemos conhecimento que só em Piraquara, são 15 mil famílias atingidas; em S. J. dos Pinhais, outras 2 mil famílias estão com o mesmo problema.

— Qual o procedimento na Secretaria do Interior a respeito dessas pessoas? Para onde serão colocadas, para onde serão relocadas?

— Ocorrerá indenização, desapropriação, ou qual a atitude das prefeituras com relação ao caso?

Comentou-se que seriam desapropriadas as áreas mas, na verdade, ficamos sabendo que apenas eles vão fazer uma relocação;

— Última pergunta:

Se as regiões efetivamente ficarão sem benefícios. Estivemos, dias atrás, no conjunto IPÊ, em S.J. dos Pinhais, em reunião, com mais de 400 famílias, e lá tomamos conhecimento do desespero, do pânico, inclusive, gerado no local, já que uma vereadores foi visitar a região, informando que o Prefeito pedia para que ninguém mais pagasse as prestações, porque eles teriam que sair dali, a qualquer custo.

Informamo-nos com assessores do Sr. Prefeito e tomamos conhecimento de que a área realmente compete. É um decreto do Sr. Governador do Estado e que deixou em palpos de aranha os Prefeitos de São José e de Piraquara, eles que estão agora apavorados, à procura de uma região para poder colocar essas pessoas, para saírem de uma maneira honrada desse critério, totalmente anti-social, imposto pelo Planejamento do Estado do Paraná.

Estamos sentindo o problema daqueles moradores que, agora, estão sem qualquer tipo de benfeitoria, já que a Prefeitura vai cortar o ônibus, segundo tomamos conhecimento, não vai liberar mais alvarás e não vai mais fazer qualquer tipo de benefício para a região.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

A Mesa registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Sr. João Luiz Fernandes, Delegado do PMDB, em Mamoré.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos nos aproximando de mais um recesso parlamentar, e estamos temerosos de que a gravíssima situação em que se encontra o povo de Medianeira passe, mais uma vez, despercebida.

Enquanto o povo de Medianeira pede justiça, o Governador do Estado — pelo menos parece — não tomou conhecimento da grave situação em que se encontra aquela administração.

Há poucos dias, este Parlamentar que vos fala e o Deputado Nelson Friedrich, apresentaram à Mesa desta Casa um requerimento solicitando ao Excelentíssimo Sr. Governador Ney Braga, o afastamento do interventor Luiz Bonatto, do cargo que ocupa, há mais de uma década, frente ao Município de Medianeira, para que este possa responder por uma série de processos que tramitam na Justiça, onde pesam sobre si acusações gravíssimas, por irregularidades praticadas ao longo de sua administração.

Acontece que o citado requerimento encontra-se na C.C.J.

Quero crer que tal expediente não seja motivo para esfriamento deste caso. Porque, em Medianeira, dia-a-dia, a situação está se agravando.

A população descontente se mobiliza já com milhares de abaixo-assinados, panfletos estão espalhados pela cidade, pedindo o afastamento do Prefeito.

Entendemos que diante de tantas acusações aqui já arroladas, que pesam sobre o conhecido "Odorico" de Medianeira, caberia ao próprio Governo tomar as medidas mais acertadas e promover o imediato afastamento, sem maiores

delongas, daquele "Prefeito biônico".

Lamento, Sr. Presidente, que o Sr. Luiz Bonatto tenha ido à imprensa afirmar de que estamos sendo utilizados pelo nobre vice-Presidente desta Casa, Tércio Albuquerque, como instrumento, que fomos acertados.

Engana-se aquele "donatário", porque no nosso Partido, pelo menos com este Parlamentar, não existem acertos do tipo como está acostumado a fazer por seus municípios. Nós estamos aqui num mandato, por acertos. Nós estamos aqui por vontade popular e nesta questão, devido a problemas pessoais existentes, conforme alegação de Luiz Bonatto, entre o Deputado Tércio e ele, estaríamos nós sendo instrumentalizados, mas esquece-se que em abril de 1.979, levantei esta questão aqui nesta Casa e desta tribuna, denunciando irregularidades praticadas por Luiz Bonatto e que estavam prejudicando toda a comunidade medianeirense. Tanto é verdade, que a população de Medianeira iniciou no final da semana, uma lista de abaixo assinados, a qual será ainda, nesta semana, entregue ao Governador do Estado e que já conta com mais de mil assinantes.

Esta lista visa apoiar a procuração, ou melhor dito, o assunto protocolado sob o número 07719/80 que trata da representação contra o Prefeito Luiz Bonatto, onde cidadãos residentes, domiciliados eleitores de Medianeira, vêm à presença do Sr. Governador, pedindo o afastamento daquele donatário.

Além disso, o abaixo-assinado visa também a apoiar o requerimento que hoje está tramitando e que gostaria que se fosse dado urgência, ao requerimento por nós assinado e encaminhado à Comissão de Justiça.

É portanto, o povo que está solicitando, através de seus representantes, neste Poder, que tal medida seja tomada por parte do Governo.

É o povo que está se movimentando, para que o Governo tome conhecimento de que em Medianeira a situação é difícil. A arbitrariedade impera, a perseguição, a opressão, a injustiça são formas de vinganças corriqueiras utilizadas por aquele donatário.

Existe em Medianeira, um tripé em pleno funcionamento, abrangendo vários setores daquela administração e postos a serviço de meia dúzia de pessoas que se intitulam proprietários do poder, do mando, das decisões na construção de um império responsável por uma série de irregularidades e inclusive por crimes.

Aqui lembramos que o Deputado Federal Paulo Marques em pronunciamento na Câmara Federal, denunciou crimes ocorridos em Medianeira, onde estariam envolvidos policiais militares e o próprio Delegado de Polícia, principalmente em relação ao assassinato ocorrido em Santo Antonio do Sudoeste há alguns anos atrás, contando com a conivência do Delegado de Polícia de Medianeira, que determinou o sepultamento dos corpos, antes da chegada dos médicos legistas, colocando-se assim na condição de cúmplice, juntamente com esses dois médicos e assinaram o falso atestado de óbito, e esse Delegado ainda continua em Medianeira. Não sofreu nenhuma penalização, garantido que está pelo donatário Luiz Bonatto.

Pergunto apenas aonde Luiz Bonatto está estribado, aonde encontra apoio para cometer tanta barbaridade e continuar impune e continuar no poder, o que é pior.

Mas, voltando à realidade dos últimos anos: Luiz Bonatto, foi envolvido num incêndio criminoso, aqui já citado inúmeras vezes por parlamentares inclusive do PDS. O incêndio criminoso perpetrado contra o prédio onde funcionava a Prefeitura Municipal. Foi alegado aqui, inclusive, a instalação de uma CPI para apurar os fatos, da qual participou o Deputado Ernesto Da'Oglío de nossa bancada, mas, diga-se de passagem, esta Comissão de Inquérito funcionou

nas dependências da própria Prefeitura ou sala cedida por Luiz Bonatto. Além disso, as testemunhas foram ouvidas na presença de Odorico, do mandatário, do donatário, como forma de intimidar aquelas humildes pessoas que viriam depor, talvez contra ele. E assim, posto um pano quente em cima.

Quero crer, que um requerimento que está tramitando na Comissão de Justiça desta Casa, não seja também um pano quente para abafar, mais uma vez, as ações que exigem o afastamento daquele donatário. Esperamos que não hajam maquinações por parte dos Deputados do PDS desta Casa, que a própria Comissão de Justiça apresente com urgência o devido parecer, para que não tenhamos que acusar a todos os Srs. Deputados de coniventes com a corrupção de Luiz Bonatto.

Já que o povo medianeirense é quem se levanta em busca de justiça para esta causa de respeito para eles próprios, para os impostos que eles pagam e que estão sendo administrados com vergonhosa corrupção.

Junto ao requerimento que apresentamos nesta Casa, consta uma série de documentos e fotocópias, peças acusatórias contra Luiz Bonatto e que devem ser levantados para definição e aplicação da referida penalidade.

Mas, o pior é que mesmo diante de tais acusações, o Governo ainda não se manifestou. Mas o povo está falando, está falando alto e bom som, e está se movimentando e pedindo justiça. E a classe política não pode calar-se, não pode silenciar quando o povo que os elegeu se levanta. Em recém documento considerado altamente comprometedor, enviado ao Comandante da 5.<sup>a</sup> Região Militar, segundo fomos informados, constam declarações estarrecedoras contra a pessoa do seu interventor Luiz Bonatto e de outras pessoas que estariam envolvidas em crimes os mais diversos, contando sempre, com a cobertura do Sr. Prefeito.

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tal documentação, chegando às mãos do alto Comando da 5.<sup>a</sup> Região Militar, não venha a ser engavetado, como foram congeladas as contas do Tribunal de Contas de Luiz Bonatto, até 1.977, recentemente aprovadas, mas ainda faltam 78, 79 e de 80. Sem antes se proceder a devida apuração dos fatos, queremos acreditar que pelo menos na 5.<sup>a</sup> Região Militar, Luiz Bonatto, não tenha cobertura que tem em outras esferas. E mesmo diante deste quadro totalmente negro, onde a figura principal é o interventor Luiz Bonatto, e mesmo voltando à imprensa da região, diz ele e afirma, que acusações levantadas contra sua pessoa e sua administração, parte de uma pessoa, o Deputado Tércio Albuquerque do PDS. Esquecendo-se dos pronunciamentos já feitos por tantos outros Deputados aqui nesta Casa.

E, somente, diz ele, porque existe por parte deste Parlamentar mágoa e richa e que tais acusações são levianas, já que ele Luiz Bonatto, conta com o apoio do General Ney Braga.

Isto, ouvimos na rádio de Matelândia, na última quinta-feira onde lá estávamos. Afinal de contas, onde está a verdade?

Na corrupção de Luiz Bonatto apoiado pelo General Ney Braga, Governador do Estado, ou nas acusações levantadas nesta Casa com o apoio do povo de Medianeira?

Afinal de contas, em nosso requerimento anterior, solicitamos ao Governador Ney Braga para que afaste do cargo Luiz Bonatto, para que esse venha responder às acusações levantadas contra si, sem contar com a escusa do cargo que até o momento vem salvando de prestar contas à Justiça; até o momento nem nós, parlamentares, nem o povo de Medianeira foi sequer atendido pelo Governador Ney Braga, por que? Eis a pergunta.

Porque até o momento não se tomou a medida? Luiz Bonatto vai à imprensa afirmar que está com a consciência

limpa e que conta com o apoio do Governador Ney Braga. Mas não houve nenhum desmentido deste fato. Nem sequer se sabe pela imprensa de que se está estudando, analisando, enquanto que o nosso requerimento está tramitando numa Comissão de Justiça desta Casa, e o recesso parlamentar vem aí.

E o problema se estende. Hoje estamos falando de Luiz Bonatto, de Medianeira. Poderíamos também arrolar de todos os municípios de faixa de fronteira, onde ocorrem barbaridades semelhantes.

E o problema se estende, portanto por toda a faixa de fronteira onde a população não tem mais segurança e o caso típico é o de Santa Helena, onde no setor policial os próprios "gatos" estão dentro da Delegacia de Polícia, numa ameaça total à segurança de uma população pacata, ordeira e trabalhadora; onde os "Pentes finos" para limpar pistoleiros até hoje não funcionaram. Eram "Pentes com dentes quebrados".

Temos conhecimento do alto número de furtos de automóveis em Santa Helena, de problemas de terras e outros aonde o Delegado de Polícia ao precisar tomar uma atitude no cumprimento do seu dever, fica impedido por não contar aquela Delegacia de Polícia com veículo devidamente equipado com pessoal, com acessórios e armamentos, e mesmo sem telefone.

Na Delegacia de Polícia de Santa Helena o Delegado forçosamente fica de folga nos fins de semana, sem sequer poder atender os pedidos e chamados de urgência, porque o telefone ali instalado é extensão da Prefeitura Municipal e esta aos sábados e domingos permanece fechada. No caso, inclusive do Delegado precisar manter um contato com autoridades centrais, na Prefeitura fica-se sabendo de todo o movimento da Delegacia; fica-se sabendo do esquema especial que passa a vir a ser montado, para desbaratar quadrilhas ou prender marginais.

Entendemos, inclusive, que desta forma a Delegacia não pode funcionar, não pode negociar a defesa da população. Aqui perguntamos: Será que também o Prefeito biônico de Santa Helena, Sr. Naudé Prates, não se preocupa com a segurança do povo, ou será que por ser Interventor não deve satisfações ao seu povo?

Cabe ao Prefeito biônico de Santa Helena determinar que a Delegacia de Polícia fica sem telefone aos sábados e domingos? Pode um Delegado de Polícia desempenhar sua função, se existem mais armas fora na mão de marginais e de pistoleiros que dentro da própria Delegacia?

Tudo isso acontece, inclusive a existência de polpudas diárias ao Prefeito quando este apenas se ausenta da sede municipal e deixa a Delegacia de Polícia sem telefone.

Enquanto que os órgãos competentes destacam um Delegado especial para Santa Helena, este em lá chegando se isola dentro da própria Delegacia por não ter condições de desempenhar o seu trabalho. E o biônico administrador municipal tem conhecimento do problema, mas deixa a sede do município e os problemas do povo vai esquecê-los enquanto utiliza carro oficial da Prefeitura, para refrescar-se à beira-mar nas praias do Paraná.

E diante dos fatos como este, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante de fatos aqui arrolados e citados que ocorrem em extraordinário volume na faixa de fronteira, onde imperam os donatários, onde imperam os biônicos; é que esperamos uma pronta ação governamental, para corrigir tais abusos praticados por delinquentes administradores biônicos, impostos ao povo, para que não tenhamos que confirmar que desde a salvadora Revolução de Março de 64, só os corruptos estão sendo salvos, por governos que só podem ser classificados como coniventes e promotores de tal vergonha nacional.

O Sr. Werner Wanderer — Vossa Excelência permite um apar-

te? (Assentimento)

Nobre Deputado, Kirinus, Vossa Excelência fala tanto em corrupção e tanta coisa, parece estar todo mundo roubando neste País! Mas Vossa Excelência não prova nada; é só conversa. E eu vou mais além: prefeito como o de Santa Helena, poucos lugares neste País têm; um moço que trabalha, que luta. E é só ir à Santa Helena, conversar com a comunidade. Ele tem problemas em Santa Helena, nós reconhecemos, mas problemas que não só da Prefeitura. Problemas de segurança não é problema do município: Município participa, ajuda, mas não é responsável pela segurança de Santa Helena. E Vossa Excelência fala; se Santa Helena muitas vezes ajuda com combustível, o município, para abastecer os carros que é da competência do Estado, é porque realmente o Prefeito realmente entende que precisa colaborar com o Estado, com a segurança.

Agora, debitar ao Prefeito Naudé, é uma injustiça que Vossa Excelência está fazendo. E eu vou dizer mais: Santa Helena hoje, amanhã e depois, o Prefeito Naudé disputa qualquer eleição e ganha esta eleição, porque ele está com o povo. Era este o aparte.

O SR. GERNOTE KIRINUS — O desafio, nobre Deputado, está aceito.

E devo dizer a Vossa Excelência que o pior cego é aquele que não quer ver; pior surdo é aquele que não quer ouvir. Porque provas que nós apresentamos aqui, em relação a Luiz Bonatto, e provas que foram apresentadas em relação a Muniz, e provas que ainda haverão de ser apresentadas, em relação à Guaíra, e provas que o jornal de Marechal Cândido Rondon, o vosso jornal, o jornal que apoia Vossa Excelência, provando a existência de Wisky e cerveja no Departamento educacional, então Vossa Excelência não quer enxergar ou não quer ouvir.

O Sr. Werner Wanderer — Vossa Excelência permite outro aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, Vossa Excelência a semana passada fez uma denúncia de corrupção aqui nesta Assembléia, que eu acho uma piada, haver uma corrupção com quatro garrafas de cerveja e uma garrafa de Drurys. Que mordomias são essas? Vossa Excelência parece que descobriu o ovo de Colombo, diz que lá em Marechal Cândido Rondon faziam a maior mordomia deste País, com quatro garrafas de cerveja e uma garrafa de Drurys. Meu Deus, onde é que nós estamos? Vir à tribuna e declara que lá descobriram que tem a maior mordomia.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Quem disse que somente Wisky produz mordomia? Além disso o próprio jornal de Vossa Excelência diz na semana seguinte, que aquilo era apenas os restos e que pertenciam a uma cervejaria, não sei qual. Portanto, não era só isto. Era apenas os restos.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

Nobre Deputado Gernote Kirinus, não é de hoje que a gente acompanha as suas denúncias da tribuna, mas que na verdade não têm encontrado ressonância, por parte de nossas autoridades.

O problema da corrupção hoje, — aliás, diz-se até que ser corrupto, dá status, hoje; então, isso começa no Palácio do Planalto, a lama vem descendo pelos Ministérios, Governadores de Estado, Secretários de Estados, Vereadores. O País verdadeiramente está mergulhado nesta falta de seriedade e falta de honestidade. Agora, ouvindo estas denúncias contra o Prefeito de Medianeira, diante desta avalanche de denúncias, parece-me que ele está enquadrado em todos os artigos do

Código Penal; tem que fazer um novo, exclusivo para este tal de Bonatto. Porque parece que Maluf, Pedrocian, Delfim Neto, Andreazza, são todos trombadinhas, perto do tal de Bonatto. Era este o aparte.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta denúncia não precise ser feita mais uma vez. Que não precisemos repetir essas denúncias clarividentes, provadas. Dizia-se de falta de provas: mais documentos dos que já apresentamos, não são necessários, para que aqueles que têm olhos vejam; aqueles que têm ouvidos, ouçam.

Obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a tribuna nesta tarde, no horário reservado à Liderança do PMDB, para registrar, Sr. Presidente, o vigor com que a convenção regional do nosso Partido foi realizada, no dia de ontem, nesta Capital.

O PMDB, Sr. Presidente, que tinha 262 convencionais inscritos, compareceram 212, dando um comparecimento de 82 por cento na sua convenção, demonstrando, sem dúvida alguma, o vigor com que as bases partidárias compareceram, dando o "quorum" necessário, para mostrar ao Paraná, de que o PMDB, sem dúvida alguma, é o Partido que está preparado, Sr. Presidente, para chegar ao Poder, neste Estado.

Na tarde de ontem, foi eleito para Presidente regional o Deputado Waldyr Pugliesi, para vice-Presidente, foi eleito o companheiro Walter Alberto Pecoits; para segundo vice-Presidente, o Deputado Olivir Gabardo; para Secretário-Geral, foi eleito o Deputado Nestor Baptista; para 1.º Secretário, Deputado Nivaldo Krüeger; para Tesoureiro, Deputado Darcy Deitos; para Vogal, o companheiro Bacelar Filho e o Deputado Maurício Fruet.

Em que pese, Sr. Presidente, o esvaziamento do Paraná; em que pese o Paraná sendo dilacerado por um modelo agrícola essencialmente exportador; o Paraná que, de dez milhões de habitantes estimados, não chegará aos oito milhões de habitantes, Sr. Presidente; em que pese os problemas imensos que todo o povo paranaense sabe deles, os problemas de saneamento básico nos municípios, espoliados e vilipendiados por uma política tributária desumana, imposta por um sistema discricionário de 1.964, Sr. Presidente; em que pese os problemas educacionais imensos do nosso Estado; em que pese os problemas da concentração de terras nas mãos dos latifundiários; em que pese os problemas dos bóias-frias, Sr. Presidente, o Paraná, em 1.982, se tivermos eleições livres, diretas e democráticas, porque, muito embora, tenha passado há dias atrás, no Congresso Nacional, uma Emenda Constitucional em que restabelece as eleições diretas para os cargos de Governador, Sr. Presidente, nós da Oposição, ainda temos dúvida quanto a elas, mas se forem realizadas, o nosso Partido, o PMDB, as disputará, Sr. Presidente, e tenha Vossa Excelência certeza, como têm certeza os Srs. Deputados desta Casa, o nosso Partido as disputará e as vencerá neste Estado, porque nome, nós temos de sobra, Sr. Presidente, temos de sobra no Paraná, sem dúvida alguma, precisa que haja uma reformulação nele, que hajam novas idéias a serem implantadas no campo executivo deste Estado.

Porque no Paraná, Sr. Presidente, há mais de 20 anos, o Poder não troca de mãos; há mais de 20 anos, está encastelado um grupo que manda neste Estado.

Apenas, Sr. Presidente, num breve espaço de tempo

quando ascendeu ao Poder neste Estado, um Governador biônico que foi nomeado pelo bolso do colete do Planalto, mas que foi um Governo, sem dúvida, ativo, muito embora tenha tido um pequeno espaço de governo; foi o grande Governador que este Estado conheceu, Haroldo Leon Peres, de saudosa memória, dos homens deste Estado.

Portanto, Sr. Presidente, ocupamos a tribuna, nesta tarde, apenas para fazer este registro e dizer que o Paraná, que o povo deste Estado, espera que as eleições sejam realizadas em 1982, para que ele compareça, nas urnas, e dê o seu veredito, o veredito cabal da mudança que ele quer impingir na estrutura administrativa deste Estado. E tenha esta Casa, a certeza de que essa mudança virá com a bandeira do PMDB, cujo vigor foi demonstrado na data de ontem, quando realizou a sua Primeira Convenção Regional.

Agradeço, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho, inscrito.

A Mesa registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do Sr. Senador José Richa.

Com a palavra o Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Acreditando que, desenvolver harmonicamente a mente e o corpo seja a base para a construção equilibrada de uma grande Nação, o Governo do Paraná vem dando expressivo apoio à prática desportiva em todo o Estado, seja através de convênios para construção de praças e pistas para desportos, seja com programas de apoio e estímulo, como a promoção de jogos abertos, regionais ou estudantis.

São estas louváveis medidas, as quais vêm sendo executadas pelo Governo do Estado no setor de esportes, ao longo deste e do ano próximo passado, que motivam, este meu pronunciamento.

O Governo Estadual tem atuado, decididamente, junto a órgãos financiadores especiais como o “Programa Especial de Módulos Esportivos” - PEME, da Caixa Econômica Federal, através do qual vinte módulos esportivos estarão implantados até o final deste ano em cidades do interior.

Além disso, vem sendo negociada com o PEME a implantação de outros dez módulos, com vistas a propiciar, às pequenas e médias comunidades urbanas, locais adequados às práticas desportivas, respeitadas as peculiaridades regionais e as manifestações de vocação comunitárias.

Em medida adicional à preocupação de proporcionar lazer às populações de renda baixa e média, e visando melhor integração comunitária, o Programa Especial de Módulos desenvolver-se-á com intensa campanha técnica e programas específicos de aprimoramento esportivo e de criação do espírito emulativo, que dêem condições de preparar a juventude para que possa representar, com devida estatura, o Paraná e o Brasil em olimpíadas e jogos internacionais.

Consciente de que a geração de facilidades para a prática desportiva não deve ocorrer apenas nas grandes cidades e sedes de municípios, o Governador Ney Braga, já no primeiro semestre do corrente ano aprovava o programa especial de construção de 87 canchas desportivas, em sedes de distritos com população superior a 500 habitantes urbanos. O mencionado programa, em fase de definição final de localidades, terá a implementação física executada no próximo trimestre.

Outro programa estadual com idêntico propósito é o de construção de canchas polivalentes, por meio do qual foram firmados convênios com vinte e cinco municípios, representando investimentos de vários milhões de cruzeiros, com recursos exclusivamente do Tesouro Estadual — além de outros auxílios financeiros e subvenções para o desenvolvimento do esporte amador. Cabe citar aqui o Decreto n.º 2.532, assinado

em 18 de junho do corrente, instituindo a bolsa atleta àqueles alunos de estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares de qualquer grau, que demonstrarem especial aptidão para a prática esportiva, nas diversas modalidades olímpicas.

Através da criação de condições para a prática do esporte olímpico, do aprimoramento da aptidão física, da elevação do nível técnico dos atletas, professores e técnicos, e da concessão de estímulo aos desportistas de diversas categorias, o Governo do Estado do Paraná, pretende estar investindo em saúde e em alternativas mais espontâneas e naturais de lazer, como é o esporte, quando cercado de adequada emulação.

Senhores Deputados, é necessário coragem para romper o convencionalismo das grandes obras e concentrar-se naquilo que social e culturalmente é essencial ao povo paranaense. O Governador Ney Braga possui esta coragem e esta humildade. Ele valoriza a saúde, o bem-estar, a conduta efetiva da subordinação da ação econômica aos interesses sociais.

Falamos hoje de esportes Senhores Deputados e desejo solicitar a consagração de um voto de louvor ao Governo Estadual pelas suas realizações e esforços decididos em prol deste importante setor. Afinal, esporte é educação para vida e também, uma forma de expressar nossa cultura.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

Consulta à Liderança do PTB. — (Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 134/80, que declara de utilidade pública o “Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel”, com sede e foro no Município de Cascavel. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**DO PROJETO DE LEI N.º 134/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 143/80, (Mens. Govern. n.º 64/80), que visa a majoração de vencimentos dos servidores civis e militares do Estado, para vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1981. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**

**DO PROJETO DE LEI N.º 143/80**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — A partir de 1.º de janeiro de 1981, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos Membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros, Auditores, Procurador



Geral e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e dos integrantes da Polícia Militar do Estado passam a vigorar com os valores constantes dos anexos I e II.

Parágrafo único — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar, por Decreto, o vencimento do Nível I da Tabela VI - MAGISTÉRIO, do Anexo I desta lei, para Cr\$ 11.578,00 (onze mil, quinhentos e setenta e oito cruzeiros).

Art. 2.º — O valor unitário do salário-família atribuído ao funcionalismo estadual fica fixado em Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 3.º — O valor mensal das pensões especiais, previsto no artigo 4.º da Lei n.º 7.258, de 30 de novembro de 1979, fica fixado em Cr\$ 3.664,00 (três mil, seiscentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Art. 4.º — O valor da gratificação de regência de classe, de que trata o artigo 10 da Lei n.º 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em Cr\$ 59,00 (cinquenta e nove cruzeiros).

Art. 5.º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis n.ºs 6.569, de 25 de junho de 1974; 6.593, de 15 de agosto de 1974; 6.641, de 04 de dezembro de 1974; 6.787, de 31 de maio de 1976 e 7.066, de 06 de dezembro de 1978, fica majorada em índice percentual igual ao atribuído por esta lei aos vencimentos dos cargos efetivos desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 6.º — As disposições desta lei aplicam-se, no que couber, ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o servidor tenha sido aposentado, reformado ou colocado em disponibilidade.

Parágrafo único — A média das vantagens instituídas pela Lei n.º 6.212, de 19 de agosto de 1971, incorporada aos proventos de inativos, fica com o seu valor acrescido do mesmo índice percentual atribuído por esta lei ao respectivo provento básico desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 7.º — É fixada em 7% (sete por cento) a partir da vigência desta lei, elevando-se para 8% (oito por cento) a partir de 1.º de janeiro de 1982, a contribuição mensal em favor do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, dos funcionários estaduais, servidores autárquicos e demais filiados ao regime de pensão instituído pela Lei n.º 4.766, de 13 de novembro de 1963, inclusive dos inscritos facultativamente ou em decorrência de convênios.

Art. 8.º — O benefício da pensão mensal pago pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE, passa a ser correspondente a 80% (sessenta por cento) da retribuição sobre a qual estiver sendo calculada a contribuição na data do falecimento do segurado.

§ 1.º — as pensões já deferidas aos beneficiários serão recalculadas com base no módulo percentual fixado neste artigo e pagas com a majoração a partir da vigência desta lei.

§ 2.º — a pensão será reajustada sempre que houver concessão de aumento geral de vencimentos ao funcionalismo, com base nos mesmos índices utilizados para este.

Art. 9.º — Esta lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1981, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente  
TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 53/80), que autoriza o Poder Executivo alienar imóveis de propriedade do Estado, situado na cidade de Toledo, com área e características que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C., por unanimidade.

Ao referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, solicitando o adiamento da discussão e votação, por três (03) sessões.

Em votação, o requerimento. — **Aprovado.**

Nestas condições, é retirado da Ordem do Dia, por três

sessões, o Projeto de Lei n.º 127/80.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/80, de autoria do Deputado CYRO MARTINS, que denomina de Professora Elzira Correia de Sá, a unidade escolar do 2.º grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.P., por maioria. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 47/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada de "Professora Elzira Correia de Sá, a Unidade Escolar do 2.º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

(a) CYRO MARTINS.

#### JUSTIFICATIVA:

A Professora Elzira Correia de Sá iniciou muito cedo suas atividades como educadora no Grupo Escolar Ministro Gustavo Capanema, em Teixeira Soares, onde exerceu o magistério durante 16 anos, sendo 8 anos como diretora do estabelecimento.

No Município de Ponta Grossa, dirigiu o Grupo Escolar Prof. Colares durante 18 anos, onde demonstrou para todos os pontagrossenses uma dedicação ímpar ao ensino, com reflexos profundos no bom nome que ostenta ainda o Grupo Escolar Prof. Colares.

Além destas atividades no curso primário, exerceu as funções de professora no Colégio Regente Feijó, há 25 anos, como titular da disciplina de Português, coordenadora do Departamento de Letras, Coordenadora Geral do Colégio e Diretora Auxiliar.

No Curriculum Vitae, traz outras funções que exerceu no Magistério do Paraná, colocando-a em destaque nos cargos e atividades que exerceu.

Justifica-se, pois, a indicação do seu nome para a Unidade Escolar do segundo grau implantado no Conjunto Residencial de Santa Paula, como exemplo significante de sua dedicação ao ensino do Paraná.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 47/80

De autoria do nobre Deputado Cyro Martins, o presente projeto de lei, visa denominar de Professora Elzira Correia de Sá, a unidade escolar do 2.º grau, implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.

A referida proposição não apresenta qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa impedir sua normal tramitação.

Quanto à sua oportunidade, convence-nos a justificativa que acompanha o projeto.

Isto exposto, opinamos favoravelmente ao projeto de lei ora em exame, pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20 de agosto de 1980.

aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente  
AIRTON CORDEIRO — Relator

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 47/80

Muito embora o "currículum" da professora Elzira Correia de Sá, seja uma folha excepcional de serviços prestados à causa da Educação, fazendo-a merecedora das maiores homenagens, não se pode ignorar a informação prestada pela Secretaria



de Estado da Educação.

É verdade que figuras "poderosas" e de projeção, abusam de dispositivos moralizadores estabelecidos pela legislação.

Presidentes, governadores, prefeitos, ainda em vida, belos e famosos, como o fez recentemente o Senhor Ernesto Geisel ao inaugurar em Araçongas, o Centro Social e Urbano "Lucy Geisel", desrespeitam acintosamente a lei.

A professora Elzira Correia de Sá, indubitavelmente, muito mais méritos teria que os figurões que emprestam nomes às escolas, prédios públicos, praças de esportes etc.

Todavia, a lei tem que imperar.

Pelo arquivamento.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1980.

aa) ADALBERTO DAROS — Presidente  
NILSO SGUAREZI — Relator

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Voto em Separado ao Projeto de Lei n.º 47/80

O Projeto de Lei n.º 47/80, de autoria do nobre Deputado Cyro Martins, tem por finalidade denominar Professora Elzira Correia de Sá, a unidade escolar que especifica, localizada no Município de Ponta Grossa.

Sobre a matéria, houve o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, após diligência e consulta à Secretaria de Educação.

Relatando a matéria nesta Comissão de Instrução Pública, houve por bem o Senhor Relator designado, oferecer parecer contrário ao projeto, louvando-se em informação da Secretaria da Educação. Ora, essa informação já foi objeto de exame da CCJ e apenas aponta a proibição de denominação de pessoas vivas a obras públicas, por decreto, ressaltando os dispositivos em lei, que é o caso da presente proposição.

A esta Comissão de Instrução Pública está reservada a análise do mérito da matéria, com o qual está de acordo o Relator anteriormente designado.

Assim sendo, o nosso voto em separado nesta Comissão é favorável, opinando-se pela sua aprovação, já que o "currículo" anexo da ilustre professora Elzira Correia de Sá, nos convence da meritória homenagem que a comunidade de Ponta Grossa está a lhe prestar, denominando a unidade escolar de segundo grau, implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula.

É o voto em separado que oferecemos.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1980.

aa) AIRTON CORDEIRO — Presidente  
WERNER WANDERER — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 313/77, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que institui normas na elaboração da Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, disciplina o montante de verbas destinadas aos Gabinetes de Representação e estabelece obrigatoriedade do depósito das verbas deste Poder junto ao Banco do Estado do Paraná S/A. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL EM REGIME DE URGÊNCIA.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 313/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo, após sua elaboração, receberá parecer da Comissão de Orçamento e será submetida à apreciação do Plenário em uma única discussão e votação.

Art. 2.º — Os gabinetes de Representação serão dotados somente com Verba de Encargos Diversos (Representação), não ultrapassando anualmente aos seguintes valores:

PRESIDÊNCIA . . . . . Cr\$ 100.000,00  
1.ª SECRETARIA . . . . . Cr\$ 80.000,00

2.ª SECRETARIA . . . . . Cr\$ 50.000,00  
1.ª VICE-PRESIDÊNCIA . . . . . Cr\$ 30.000,00  
2.ª VICE-PRESIDÊNCIA . . . . . Cr\$ 25.000,00  
3.ª SECRETARIA . . . . . Cr\$ 20.000,00  
4.ª SECRETARIA . . . . . Cr\$ 18.000,00  
LIDERANÇA DE CADA PARTIDO . . . Cr\$ 40.000,00

Art. 3.ª — As verbas destinadas ao Poder Legislativo serão obrigatoriamente depositadas no Banco do Estado do Paraná S.A.

Art. 4.º — A presente resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1977.

a) ERONDY SILVÉRIO

Apoio: Trajano Bastos, Adalberto Daros, Egon Pudell, Mário Celso, Nilso Sguarezi, Gabriel Manoel, Luiz Aliberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Deni Schwartz, Maurício Fruet, Gilberto Carvalho, Domício Scaramella, Fuad Nacif, Fidelcino Tolentino e duas assinaturas ilegíveis.

#### JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com o presente projeto de resolução é adequar a proposta orçamentária deste Poder aos moldes da proposta orçamentária do Poder Executivo, cuja tramitação é feita com ditames constitucionais. Com referência às verbas destinadas aos Gabinetes de Representação, pretende-se unicamente criar um critério de distribuição, compatível com a finalidade dos mesmos, e, finalmente quanto à obrigatoriedade de depósito de verbas destinadas a este Poder no Banco do Estado do Paraná S.A.; visa-se tão somente prestigiar o estabelecimento bancário oficial do Estado do Paraná.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer e Relatório ao Projeto de Resolução n.º 313/77

Segundo se depreende claramente do projeto em exame, visa o mesmo introduzir profundas modificações nos costumes desta Casa, relativamente à distribuição de verbas de representação e de subvenções sociais e outras aos gabinetes dos Membros da Mesa.

Assim, além de serem suprimidas todas as demais verbas, a verba de representação seria deferida aos Gabinetes mediante aprovação do Plenário, ouvida a Comissão de Orçamento, numa única votação e discussão.

O projeto especifica, ainda, os valores dessas verbas de acordo com os respectivos gabinetes, não esclarecendo se as mesmas poderão ser atualizadas ou não, de conformidade ou não com a desvalorização da moeda.

Com efeito, diz o projeto: "não ultrapassando anualmente aos seguintes valores: Presidência - Cr\$ 100.000,00; 1.ª Secretaria - Cr\$ 80.000,00; 2.ª Secretaria - Cr\$ 50.000,00, etc..."

Assim, ao estabelecer a proibição de serem ultrapassados tais valores, que devem prevalecer "anualmente", nos parece que o projeto se torna injusto, uma vez que a desvalorização da moeda, acentuada e flagrante em nosso País, iria tornar irrisórias, já para o ano seguinte, tais importâncias.

Pelo exposto, e tendo em vista que, a rigor, as verbas assistenciais deveriam ser consignadas diretamente às entidades por ocasião da aprovação do Orçamento Anual, como acontece no Congresso Nacional, evitando-se, inclusive, um antiquado processo burocrático que subordina requerimentos dos Senhores Deputados à autoridade de outro Poder em assunto de exclusiva competência legislativa, que é o do deferimento da verba às entidades; tendo em vista, ainda, que o projeto se enquadra perfeitamente nos verdadeiros ditames que regem a matéria de atribuições do Poder Legislativo, opinamos pela aprovação do mesmo, com emenda ao artigo segundo, estabelecendo a atualização da verba de representação a cada ano, sempre que a desvalorização da moeda se faça sentir.

Sala das Comissões, em 26 de outubro de 1977.

aa) PAULO CAMARGO - Presidente; MUGGIATI FILHO - Relator

**SUBSTITUTIVO GERAL**

**AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 313/77**

Art. 1.º — A Proposta Orçamentária da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após a sua elaboração, deverá ser encaminhada para parecer da Comissão de Orçamento, até o dia 31 de maio do ano imediatamente anterior ao fixado para o início de sua vigência.

§ 1.º — A Comissão de Orçamento abrirá prazo de cinco (05) dias para reformulações, as quais deverão ser apresentadas com justificativas circunstanciadas.

§ 2.º — Vencido o prazo para as reformulações, a Comissão de Orçamento terá o prazo de oito (08) dias para emitir o parecer e enviar à deliberação do Plenário.

§ 3.º — A proposta será submetida à apreciação do Plenário em uma única discussão e votação.

§ 4.º — A proposta deverá ser devolvida à Comissão Executiva até o dia 30 de junho do ano anterior ao fixado para início de sua vigência.

Art. 2.º — Os Gabinetes de Representação somente terão direito a créditos no elemento 3.1.3.0 — Serviços de Terceiros e Encargos, subelemento 3.1.3.2 — Outros Serviços de Terceiros e Encargos e item "Representação, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens", não podendo ultrapassar, anualmente, aos seguintes montantes:

Presidência — 220 valores de referência

1.ª Secretaria — 200 valores de referência

2.ª Secretaria — 180 valores de referência

1.ª Vice-Presidência — 100 valores de referência

2.ª Vice-Presidência — 80 valores de referência

3.ª e 4.ª Secretaria — 70 valores de referência

Liderança do Governo e dos Partidos — 120 valores de referência.

Parágrafo único — Os valores de referência, para o cálculo do disposto no "caput" deste artigo, serão os adotados do dia 1.º de maio do ano imediatamente anterior ao fixado para o início da vigência dos créditos.

Art. 3.º — Os recursos financeiros destinados à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, deverão ser depositados e movimentados em agências do Banco do Estado do Paraná S.A.

Art. 4.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1977.

a) ERONDY SILVÉRIO

**JUSTIFICATIVA:**

O substitutivo apresentado visa dar uma regulamentação mais completa, sem deturpar a intenção do Autor, na instituição de normas visando dotar o Poder Legislativo de instrumento legal, visto que existe uma necessidade de tratar de tão importante matéria de maneira a viabilizar as intenções de todos os Parlamentares do Paraná.

Quanto à definição de prazo para apresentação, discussão, votação e devolução da Proposta Orçamentária, foi no sentido de adaptação aos prazos propostos pela Secretaria de Estado do Planejamento, a qual, também, está vinculada às determinações constitucionais.

Na proposição de determinar o "quantum" a cada Gabinete em vinculação ao "valor de referência" achamos bastante válido, tendo em vista que evitará que a cada ano se apresente projeto de resolução, na tentativa de equacionar os valores à depreciação inflacionária da moeda.

O "valor de referência" deverá ser o de 1.º de maio, pois, é a época da confecção da proposta orçamentária, evitando que o programa sofra com o aumento de 1.º de novembro efetivado no "valor de referência".

Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, esse projeto de resolução, busca instituir normas na elaboração da proposta orçamentária do Legislativo, disciplina o montante de verba destinada a gabinetes de representação, e estabelece a obrigatoriedade de verbas no Banco do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, esta Casa tem feito prática de duas lideranças. A primeira vinculada ao Governo e a outra vinculada ao Partido do Governo. E eu não posso, Sr. Presidente, entender, porque o Partido do Governo tem uma representação através de sua Liderança, e o Governo, o Partido do Governo e a Liderança do Governo, uma outra verba de representação.

Parece-me que as duas se confundem e dois gabinetes instituídos para uma única finalidade, haveria de criar, como já levantei aqui em outra legislatura, o mesmo problema. E, no meu fraco entender, Sr. Presidente, seria de bom alvitre que esta Assembleia instituisse sim, a verba de representação, mas não duplicar a verba de representação para uma representação que é a Liderança. Coincidentemente, a Liderança do Governo, é a Liderança do Partido do Governo.

Por esta razão, Sr. Presidente, e até levantávamos aqui, quando o eminente e saudoso Deputado Domício Scaramella, usando da tribuna, fez reclamações com o uso de dois automóveis: um, com uma chapa branca, uma chapa amarela, uma chapa comum e o outro com chapa preta da Assembleia. Aí então, é que surgiu a polêmica a respeito de duas representações. E eu deixo aqui, a minha estranheza com relação a essa duplicidade de consignação de verba no orçamento, para que uma única representação a use. Se há de se indagar do privilégio, que não seja privilégio apenas do Governo, ou do Partido do Governo, ou da Liderança do Governo, que coincidentemente, é a liderança do Partido do Governo. Mas que ela também seja consignada, até porque, as dificuldades dos partidos de Oposição, são muito maiores dos que as que se possam imaginar.

E por essa razão, Sr. Presidente, eu faço um apelo para a liderança do Governo compreender o sentido de equidade, o sentido de justiça, para que as coisas não sejam colocadas assim discriminatoriamente. Nós sabemos que se for para a votação, é este um apelo em forma de diálogo, em forma de entendimento que eu faço, porque se for para a discussão, lamentavelmente, nós perderemos.

E nós queríamos ver, através das lideranças, se é possível dialogar sobre isso. Neste sentido, Sr. Presidente, é que eu pedi a palavra para a discussão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, o Deputado Fidelcino Tolentino, é lógico que dentro da sabedoria que ele tem do complexo da Assembleia, ele sabe perfeitamente que a bancada do Governo tem uma liderança; que a bancada do nosso partido tem outra liderança e que nada impede que uma pessoa só, eventualmente possa acumular as duas funções.

Agora eu não vejo porquê haver essa discrepância e essa queixa do Deputado da Oposição, em querer castrar uma coisa que é normal, uma coisa que vem acontecendo em todas as legislaturas da Assembleia.

Tivemos aqui, Sr. Presidente, tivemos aqui, Srs. Deputados, líder do Governo e líder do nosso Partido. Então não podemos, como dizia o companheiro, o nosso amigo Alencar Furtado, "não podemos confundir caçada de tatu com serenata".

Então também não podemos estar a lamentar uma coisa que nós, da Bancada do PDS reconhecemos, o nosso Deputado Eron- dy Silvério como o nosso líder de nossa bancada. E Sua Exce- lência, o Governador, também por opção pessoal, outorgou-lhe a Liderança do Governo.

Então é essa a dúvida que deve ser dirimida e pedimos aos nobres colegas da Oposição que compreendam essa situação.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um parte, Deputado?

O SR. GABRIEL MANOEL — Não é aparte, Deputado, eu estou apenas dialogando dentro do seu raciocínio.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência está discutindo e eu peço um aparte a Vossa Excelência.

O SR. GABRIEL MANOEL — Depende da Presidência, porque eu não estou entendendo mais o Regimento Interno. Se Vossa Excelência entende mais do que nós, então tem o aparte. Vossa Excelência falou e nós não pedimos aparte.

Vossa Excelência está misturando "alhos com bugalhos". Então nós sabemos perfeitamente que no direito "justus esperniandis", como diz o latim, Vossa Excelência tem o direi- to de esperar. Mas não adianta, é malhar em ferro frio.

Quem sabe Vossa Excelência, quem sabe, Sr. Presidente, o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, são duas coisas distin- tas. E não vai querer impingir à nossa bancada ou nos dar o di- ploma de "burro".

Porque nós sabemos perfeitamente que temos a liderança do Governo e a liderança do nosso Partido que pertence à nossa bancada. Então seria uma utopia, como diz ele em seu linguajar, uma utopia querer misturar "alhos com bugalhos".

Então, Sr. Presidente, o Plenário é soberano. E vamos conceder o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino, após a vo- tação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Continua em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar) Sr. Presiden- te.

Este projeto, ele data de 1977, por razões as mais diversas e ficou nas Comissões da Casa durante três anos e pouco. De forma que nós vamos partir para a votação hoje, Sr. Presidente, em primeira discussão. Mas me parece que, até pela passagem do tempo esta proposição deverá merecer das duas bancadas, tan- to do Governo quanto da Oposição, melhores estudos e mais reparos.

E hoje, a bancada livre para votar como bem entender este projeto, para amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós

deveremos apresentar emendas que possam de uma forma ou de outra fazer com que este projeto atinja os objetivos para os quais ele foi elaborado. Porque, inclusive, deve-se questionar os valores referenciais colocados para os diversos gabinetes. Ainda mais, Sr. Presidente, que esta proposição foi elaborada diante de uma paisagem administrativa totalmente diferente des- ta Casa. Diante de um quadro bipartidário rígido e fixo; e hoje nós estamos com um quadro totalmente diferente.

Portanto, a Bancada do PMDB deixa a questão totalmente em aberto, para a primeira discussão e votação. E deve para a segunda discussão, amanhã, apresentar as emendas que julgar necessárias, diante do novo quadro e da nova realidade que estamos vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Em votação o Projeto de Resolução n.º 313/77. — **Aprovado.**

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solici- tando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, consubstanci- ado em pedido de informações, sobre a situação de servidores na Escola Isolada Getúlio Vargas e Grupo Escolar Rocha Pombo, ambos estabelecimentos no Município de Rancho Alegre. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Sr. Presidente requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa) — Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. — (Pausa).

12 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à hora regi- mental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 139, 147 e 148/80.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47/80 e de Resolução n.º 313/77.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 65/80 e de Lei n.º 150/80.

Levanta-se a sessão.